



ELEIÇÕES LEGISLATIVAS, 18 DE MAIO DE 2025

A LUTA DOS PROFESSORES E EDUCADORES TORNOU INEVITÁVEL:

- ⦿ A recuperação do tempo de serviço, apesar das insuficiências da solução adotada pelo governo;
- ⦿ A criação de um apoio a docentes deslocados, ainda que a sua aplicação generalizada tivesse sido aprovada, posteriormente, no Parlamento contra a vontade do governo;
- ⦿ A melhoria do regime de mobilidade por doença, embora mantendo o injusto formato de concurso;
- ⦿ A tomada de algumas medidas visando mitigar a falta de professores, mas muito insuficientes e, nesse contexto, desvalorizando o valor da hora extraordinária.

A QUEDA DO GOVERNO NO FINAL DO PRIMEIRO ANO DA LEGISLATURA, NÃO LHE PERMITIU CONCRETIZAR MEDIDAS MUITO NEGATIVAS QUE MERECEM UMA CLARA REJEIÇÃO POR PARTE DOS PROFESSORES E EDUCADORES:

Do programa do atual governo (*apresentado na Assembleia da República em março de 2024*) constam:

- ⦿ A desvalorização da graduação profissional nos concursos e a adoção de critérios inaceitáveis, tais como a (injusta) avaliação de desempenho;
- ⦿ A criação de um “estatuto de diretor”, na prática, profissionalizando uma função que deverá integrar as responsabilidades docentes e ser de eleição democrática;
- ⦿ A redução do papel do ministério a mero regulador do sistema, desresponsabilizando-o de obrigações e favorecendo o tratamento do público e do privado em pé de igualdade;
- ⦿ O aprofundamento do processo de municipalização da Educação, apesar de, comprovadamente, esta não ser solução para os problemas da Escola Pública e dificultar a concretização do direito constitucional à Educação;
- ⦿ A revisão da Lei de Bases do Sistema Educativo por forma a acomodar os objetivos acima enumerados.

NO QUE SE REFERE À REVISÃO DO ESTATUTO DA CARREIRA DOCENTE (ECD)

- Os ministérios da Educação e das Finanças previam rever o que consideraram ser a “carreira docente não revista”, deixando implícita a extinção da carreira docente como corpo especial e consequente integração no regime geral (Tabela Remuneratória Única – TRU, progressão por pontos, conversão de quadros em mapas de pessoal ou alteração da natureza do vínculo).

Estes objetivos programáticos não caíram com o governo e se o próximo tiver condições tentará levá-los por diante. Os/as professores/as e a FENPROF não aceitarão esse caminho.

A decisão é de todos/as nós, mas começa em cada um(a) de nós!

EM 18 DE MAIO

LEVA A LUTA ATÉ AO VOTO!

